



WESTERN UNION CORRETORA DE CÂMBIO S.A.
CNPJ nº 13.728.156/0001-35

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas a 31/12/2024, bem como as respectivas notas explicativas e o relatório dos auditores independentes. A Western Union Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora") é uma empresa de capital fechado, controlada em 100% pela Western Union do Brasil Participações Ltda. Em conjunto com o Banco Western Union do Brasil S.A., disponibiliza no Brasil serviços de transferências de dinheiro, operações de câmbio de moeda estrangeira, cartões pré-pagos internacionais por intermédio de postos de atendimento, correspondentes e canais digitais. As operações realizadas no período estão alinhadas aos objetivos estratégicos estabelecidos para a instituição. O resultado apurado reflete a exitosa estratégia de crescimento e manutenção dos negócios. Com mais um semestre mantendo-se em posição lucrativa, inclusive após fortes investimentos no aumento da presença física (24 novas lojas), a Western Union reforça sua estratégia bem sucedida de melhoria do atendimento e diversificação de canais. Também mostra sua solidez financeira e controle do seu negócio, mantendo níveis saudáveis de rentabilidade. A Corretora continua buscando crescimento,

Balanco Patrimonial

31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Disponibilidades	4	130.642	105.792
Instrumentos financeiros		70.395	85.351
Títulos e valores mobiliários	4	8.043	8.194
Carteira de câmbio	6	-	-
Aplicações Interfinanceiras	4	49.999	70.001
Negociação e intermediação de valores	7	2.032	-
Valores a receber de correspondentes		672	873
Valores a receber de ligadas	22	9.649	6.231
Devedores por Depósitos em Garantia		-	52
Outras provisões associadas ao risco de crédito	8	(20)	(23)
Ativos fiscais		9.955	17.474
Correntes	24a	6.790	14.352
Diferidos	24c	3.165	3.122
Imobilizado e Intangível	9/10	27.156	25.823
Imobilizado de uso		52.543	46.574
Ativos intangíveis		4.770	4.770
Depreciação e Amortização acumulada		(30.158)	(25.521)
Outros ativos	11	15.783	18.150
Total do ativo		253.912	252.567

Passivo

Depósitos e demais instrumentos financeiros

Carteira de câmbio

Outros passivos financeiros

Passivos fiscais correntes

Provisões

Outros passivos

Patrimônio líquido

Capital social

Reserva de capital

Reserva de lucros

Outros resultados abrangentes

	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Passivo			
Depósitos e demais instrumentos financeiros		32.420	25.065
Carteira de câmbio	6	26.739	18.994
Outros passivos financeiros	12	5.681	6.071
Passivos fiscais correntes	24b	13.005	23.500
Provisões	13	1.039	834
Outros passivos	14	60.014	55.431
Patrimônio líquido		147.434	147.737
Capital social		90.566	90.566
Reserva de capital		10.219	8.855
Reserva de lucros		45.433	47.095
Outros resultados abrangentes		1.216	1.221
Total do passivo e do patrimônio líquido		253.912	252.567

diversificação de canais e meios de pagamento, além de eficiências operacionais, como por exemplo a utilização de mais serviços providos pelo Banco WU (PIX). As informações destas demonstrações financeiras também estão disponíveis no site <http://www.corretorawesternunion.com.br/relatorios/>. Permanecemos à disposição para quaisquer informações e esclarecimentos eventualmente necessários.

São Paulo, 27 de Fevereiro de 2025

A Administração

Demonstração do Resultado

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	2024		31/12/2023
		2º Semestre	Exercício	
Receitas (despesas) da intermediação financeira		61.378	118.239	140.870
Resultado com aplicações de depósito interfinanceiros		167	369	239
Resultado com operações de câmbio	5	427	978	965
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	5	(3.787)	(9.471)	7.319
Resultado com operações de câmbio	16	64.571	126.363	132.347
Resultado bruto da intermediação financeira		61.378	118.239	140.870
Resultado de provisões para perdas		6	3	55
Outras provisões associadas ao risco de crédito		6	3	55
Outras receitas (despesas) operacionais		(49.181)	(101.404)	(98.720)
Receitas de prestação de serviços	17	38.361	76.355	83.479
Despesas de pessoal	18	(41.369)	(80.017)	(63.318)
Outras despesas administrativas	19	(37.194)	(76.262)	(88.694)
Despesas tributárias	24d	(6.428)	(17.760)	(18.824)
Outras receitas operacionais	20	3.844	8.490	1.529
Outras despesas operacionais	21	(6.395)	(12.190)	(12.892)
Resultado operacional		12.203	16.838	42.205
Outras Receitas e Despesas		(28)	16	(114)
Resultado antes da tributação sobre o resultado		12.175	16.854	42.091
Imposto de renda e contribuição social	24e	(5.355)	(7.546)	(17.915)
Imposto de renda		(3.423)	(4.741)	(11.375)
Contribuição social		(2.112)	(2.845)	(6.900)
Ativo fiscal diferido		180	40	360
Lucro líquido do semestre/exercícios		6.823	9.308	24.176
Lucro líquido por ação		0,08	0,10	0,27
Lucro líquido básico e diluído por ação - R\$		6,823	9,308	24,176
Quantidade de ações (lotes de mil)		90.566	90.566	90.566

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023 e Semestre Findo em 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reserva Legal	Reservas Outras	Outros resultados abrangentes	Lucros (prejuízo) acumulados	Total
Saldo em 30 de junho de 2023		90.566	7.405	6.416	28.624	1.187	12.132	146.330
Pagamento baseado em ações		-	1.450	-	-	-	-	1.450
Avaliação atuarial	23b	-	-	-	-	34	-	34
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	11.407	11.407
Destinações:								
Reserva legal		-	-	570	-	-	(570)	-
Outras reservas		-	-	-	11.483	-	(11.483)	-
Distribuição de dividendos	15d	-	-	-	-	-	(11.483)	(11.483)
Saldo em 31 de dezembro de 2023		90.566	8.855	6.986	40.107	1.221	-	147.737
Pagamento baseado em ações	15e	-	400	-	-	-	-	400
Avaliação atuarial	23b	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	-	2.485	2.485
Destinações:								
Reserva legal		-	-	-	-	-	-	-
Outras reservas		-	-	-	(6.548)	-	6.548	-
Distribuição de dividendos	15d	-	-	-	-	-	(6.548)	(6.548)
Saldo em 30 de junho de 2024		90.566	9.255	6.986	33.559	1.221	2.485	144.072
Pagamento baseado em ações	15e	-	963	-	-	-	-	963
Avaliação atuarial		-	-	-	-	(5)	-	(5)
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	6.823	-	6.823
Reserva legal		-	-	465	-	-	(465)	-
Outras reservas		-	-	-	4.421	-	(4.421)	-
Distribuição de dividendos		-	-	-	-	-	(4.421)	(4.421)
Saldo em 31 de dezembro de 2024		90.566	10.219	7.451	37.980	1.216	-	147.434

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

30 de junho de 2024 e 2023 e 31 de Dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Western Union Corretora de Câmbio S.A. ("Corretora"), controlada pela Western Union do Brasil Participações Ltda. (100%), constituída em 17 de dezembro de 2010 na forma de sociedade anônima de capital fechado. A Corretora foi autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil - (BACEN) a partir de maio de 2011, iniciando suas atividades operacionais em 10 de outubro de 2011 e sua matriz está localizada na rua Iguaçu, nº 151, na cidade de São Paulo - SP, Brasil. Seu objetivo é a prática de operações ativas e passivas inerentes às corretoras de câmbio de acordo com os regulamentos do BACEN e a ela aplicáveis e com as disposições legais e regulamentos em vigor, oferecendo serviços de transferência de recursos no nível internacional, operações de câmbio de moeda estrangeira e cartões pré-pagos internacionais, por intermédio de postos de atendimento, correspondentes presentes em todos os estados do território nacional e canais digitais. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 27 de Fevereiro de 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, além das normas e instruções do BACEN, subsidiárias do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A partir de 01 de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução CMN nº 4.818/2020 e da Circular Baen nº 2/20 foram incluídas nas demonstrações as principais alterações implementadas foram: as contas do balanço patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; a abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais tais como: Instrumentos financeiros, passivos financeiros e ativos e passivos fiscais. Os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; e a inclusão da demonstração do resultado abrangente. As alterações implementadas pelas novas normas não impactaram o lucro ou prejuízo líquido ou o patrimônio líquido. A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Corretora use julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos sujeitos a essas estimativas e premissas referem-se, basicamente, à marcação a mercado de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido à imprecisão inerente ao processo de sua determinação. A Administração da Corretora revisa as estimativas e premissas periodicamente. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e suas interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais são aplicáveis às instituições financeiras quando aprovadas pelo CMN. Nesse sentido, os pronunciamentos contábeis já aprovados pelo CMN e aplicáveis a estas Demonstrações Financeiras são: • Resolução nº 4.144/2012 - Pronunciamento conceitual básico - CPC 00 (R1). • Resolução nº 3.566/2008 - Redução ao valor recuperável de ativos - CPC 01 (R1). • Resolução nº 4.524/2016 - Efeitos das mudanças de taxas de câmbio e conversão das demonstrações contábeis - CPC 02 (R1). • Resolução nº 4.818/2020 - Demonstração dos fluxos de caixa - CPC 03 (R2) • Resolução nº 4.534/2016 - Ativo intangível - Resolução CMN nº 4.534/2016 - CPC 04 (R1). • Resolução nº 4.636/2018 - Divulgação sobre partes relacionadas - CPC 05 (R1). • Resolução nº 3.989/2011 - Pagamento baseado em ações - CPC 10 (R1). • Resolução nº 4.007/2011 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e reificação de erro - CPC 23. • Resolução nº 3.973/2011 - Eventos subsequentes - CPC 24. • Resolução nº 3.823/2009 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes - CPC 25. • Resolução CMN nº 4.535/2016 - CPC 27 - Ativo imobilizado. • Resolução nº 4.424/2015 - Benefícios a empregados - CPC 33 (R1). • Resolução BCB nº 2 - CPC 41 - Resultado por ação. • Resolução nº 4.748/2019 - Mensuração do valor justo - CPC 46. • Resolução nº 4.924/2021 - Mensuração escrituração e evidência contábeis - CPC 47 (R1)

3. Principais práticas contábeis materiais: As práticas contábeis materiais adotadas pela Corretora são as seguintes: a) **Apruração do resultado:** As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério *pro rata* dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas preferidas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. b) **Ativos circulante e realizável a longo prazo:** Os ativos circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e cambiais auferidos, deduzido das correspondentes rendas de juros e provisões para perdas. c) **Títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos:** Os títulos e valores mobiliários são avaliados e classificados de acordo com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/01, nas seguintes categorias: (i) títulos para negociação; (ii) títulos disponíveis para venda; e (iii) títulos mantidos até o vencimento. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria I são ajustados pelo valor de mercado, sendo estes ajustes com contrapartida em conta de resultado, e os classificados na categoria II são registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, em contrapartida do resultado e avaliados ao valor de mercado em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria III são avaliados pelo respectivo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos intrínsecos auferidos, reconhecidos em conta de resultado. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de Mercado Futuro cujos ajustes são contabilizados, diariamente, em contas de ativo e passivo, em contrapartida ao resultado. Os valores referenciais são contabilizados em contas de compensação. O valor de mercado dos instrumentos financeiros, quando aplicável, é calculado com base em preços de mercado. Assim, quando da liquidação financeira destas operações, os resultados poderão ser diferentes das estimativas. Os instrumentos financeiros são negociados de forma ativa e frequente cujos preços baseiam-se em fontes de informações independentes em consonância com a Resolução BACEN 4.277/13. d) **Conversão de taxas:** A Resolução CMN nº 4.924/2021, com vigência a partir de janeiro de 2022, consolida e dispõe sobre princípios gerais para reconhecimento, mensuração, escrituração e evidência contábeis, do conteúdo da resolução, as principais mudanças trazidas são referentes a aprovação do CPC 47 e a possibilidade de utilização de uma taxa alternativa à de câmbio à vista para conversão de transações e de demonstrações em moeda estrangeira para a moeda nacional. A corretora Western Union continuará utilizando a taxa para conversão de balanço e por isso não teremos impactos. e) **Despesas antecipadas:** As despesas antecipadas são correspondentes às aplicações de recursos, cujos benefícios decorrentes ocorrerão em exercícios futuros. f) **Ativo imobilizado e intangível:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Corretora ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados no custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados e 10% a.a. para os demais itens. Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva. Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo. A amortização dos ativos intangíveis é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada g) **Redução do valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment"):** É reconhecida uma perda se o valor de contabilização de um ativo excede seu valor recuperável. Perdas por *impairment* são reconhecidas no resultado do período. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, que são revisados semestralmente. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não foram identificados ativos não financeiros com indicação de perda por *impairment*. h) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823 de 16 de dezembro de 2009 e Carta-Circular nº 3.429 de 11 de fevereiro de 2010 do BACEN, obedecendo aos seguintes critérios: i) Contingências ativas - não são reconhecidas nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perda possível iii. são apenas divulgadas em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão, nem divulgação. iv. Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais que estão sendo contestadas a legalidade ou a inconstitucionalidade de alguns tributos (ou impostos e contribuições). O montante discutido é quantificado e registrado contabilmente. Os passivos circulante e exigível a longo prazo são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, que incluem, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em base *pro rata* dia) e/ou cambiais incorridos. i) **Imposto de renda e contribuição social:** As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 20%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. j) **Plano de opções de ações:** A Corretora possui um plano de recebimento de unidades de ações restritas (RSUs) aos administradores da própria corretora, as ações são uma forma de remuneração variável. Neste plano, as ações são outorgadas aos elegíveis ao longo, ou seja, o Diretor Presidente, Diretores Executivos (estatutários) e os Diretores (não estatutários), bem como, nos casos excepcionais e justificados, empregados da Corretora. O plano é regido por uma política corporativa que define todas as regras e condições. O custo das transações liquidadas com ações junto aos empregados por concessões é avaliado ao justo valor dos instrumentos de capital próprio concedidos na data em que foi feita a concessão. O custo das transações liquidadas com ações é reconhecido, juntamente com um aumento correspondente no patrimônio líquido, durante o período em que o desempenho e/ou condições do serviço são atendidas, emendando na data em que os empregados se tornam totalmente elegíveis à concessão ("data do vesting"). A despesa acumulada por transações liquidadas com ações é reconhecida em cada data-base até que a data de concessão reflita a extensão na qual o período de *vesting* expirou e a melhor estimativa da entidade sobre a quantidade de instrumentos patrimoniais que finalmente adquirirão o direito à concessão. O encargo ou crédito da demonstração do resultado do período é registrado em "Despesas de pessoal" e representa o movimento na despesa acumulada reconhecido no início e no final do período. k) **Plano de benefícios a funcionários:** Os planos de benefícios pós-emprego compreendem os compromissos assumidos pela Corretora de assistência médica, no caso de aposentadoria, invalidez permanente ou morte para aqueles funcionários elegíveis e seus beneficiários diretos. A Corretora fornece plano de assistência à saúde para beneficiários de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custo. A Corretora aplica o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) que estabelece fundamentalmente, o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta destacada do patrimônio líquido (outros ajustes de avaliação patrimonial). Para esse plano de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado. A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado. Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria especializada e aprovado pela Administração, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente. l) **Resultado recorrentes e não recorrente:** Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. m) **Resultado por ação:** O resultado por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas dos balanços.

4. Caixa e equivalentes de caixa: Conforme Resolução CMN nº 4.818/2020, caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação.

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades em moeda nacional	46.054	49.145
Caixa em moeda nacional (i)	31.334	22.645
Depósitos bancários no país	14.721	26.500
Disponibilidades em moeda estrangeira	84.588	56.647
Depósitos bancários no país	39.176	19.577
Caixa em moeda estrangeira (i)	45.412	37.070
Total de disponibilidades	130.642	105.792
Aplicações em certificados de depósito bancário (nota 5)	8.043	8.194
Aplicações interfinanceiras de liquidez comprometidas (nota 5)	49.999	70.001
Total de caixas e equivalentes de caixa	188.685	183.987
(i) Referem-se a numerários em espécie, disponíveis para operação de compra e venda de moedas, custodiados em dependências próprias e de terceiros.		

5. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: a) **Títulos e valores mobiliários:** Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Corretora possui títulos e valores mobiliários integrantes da carteira própria e classificados para negociação no valor de R\$ 8.043 e R\$ 8.194, respectivamente, é feito aplicações overnight. O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como caixa e equivalentes de caixa foram apurados com base em preços e taxas praticados nas datas dos balanços, divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os títulos privados encontram-se custodiados em conta própria na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"). b) **Instrumentos financeiros derivativos:** A Corretora possui contratos de futuros de moeda estrangeira para oferecer proteção contra a exposição ao risco cambial em compromissos de provável liquidação futura. Os instrumentos financeiros derivativos atendem aos critérios da Circular BACEN nº 3.082/02. As operações são registradas em contas patrimoniais e de compensação, e têm como finalidade reduzir a exposição de posições proprietárias da Corretora a riscos de mercado e de flutuações de preços de ativos financeiros. A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, o estabelecimento de estratégias, o controle dos riscos associados a cada estratégia de atuação, bem como limites estabelecidos para essas posições observam normas emanadas da Administração da Corretora visando "Hedge" (operação com instrumentos financeiros derivativos que têm por objetivo compensar a flutuação no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros objeto de proteção). As operações com tais instrumentos financeiros estão registradas na B3, o instrumento de hedge é contabilizado com base no valor de ajuste diário.

Valor de

